

LISBON LAW REVIEW

REVISTA
DA FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

2016/1



Revista da Faculdade de Direito
da Universidade de Lisboa
Periodicidade Semestral
Vol. LVII – 2016/1

LISBON LAW REVIEW

COMISSÃO CIENTÍFICA

Christian Baldus (Universidade de Heidelberg)
Dinah Shelton (Universidade de Georgetown)
Jose Luis Diez Ripolles (Universidade de Málaga)
Juan Fernandez-Armesto (Universidade Pontificia de Comillas)
Ken Pennington (Universidade Católica da América)
Marco António Marques da Silva (Pontificia Universidade Católica de São Paulo)
Miodrag Jovanovic (Universidade de Belgrado)
Pedro Ortego Gil (Universidade de Santiago de Compostela)
Pierluigi Chiassoni (Universidade de Génova)
Robert Alexy (Universidade de Kiel)

DIRECTOR

Eduardo Vera-Cruz Pinto

COMISSÃO DE REDAÇÃO

David Duarte
Diogo Costa Gonçalves
Helena Morão
Miguel Lopes Romão
Miguel Sousa Ferro

SECRETÁRIO DE REDAÇÃO

Sofia Duarte

PROPRIEDADE E SECRETARIADO

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade - 1649-014 Lisboa - Portugal

EDIÇÃO, EXECUÇÃO GRÁFICA E DISTRIBUIÇÃO **LISBON LAW EDITIONS**

Alameda da Universidade – Cidade Universitária – 1649-014 Lisboa

ISSN 0870-3116

Depósito Legal n.º 75611/95

Data: Abril, 2016

Editorial

05-08 Nota do Diretor

Diogo Costa Gonçalves

09-46 O reconhecimento das fundações privadas: personificação ou limitação da responsabilidade?

Eduardo Oliveira Lopes

47-78 A compensação especial no quadro dos instrumentos de proteção dos bens ambientais

Francisco Rodrigues Rocha

79-132 Dos prazos de exercício de direitos em matéria de abalroação

João Espírito Santo

133-143 Les sociétés commerciales unipersonnelles du droit Bissau-guinéen (Acte uniforme relatif au droit des sociétés commerciales et du groupement d'intérêt économique de l'Organisation pour l'Harmonisation en Afrique du Droit des Affaires)

Maria João Carvalho Vaz

145-167 O registo de identificação criminal de condenados por crimes contra a autodeterminação e liberdade sexual de menores: Um mal desnecessário

Raul Relvas Moreira

169-201 A competência dos tribunais arbitrais administrativos para a decisão de questões prejudiciais

Rita Guimarães Fialho d'Almeida

203-246 Breves notas acerca da responsabilidade civil do Estado por actos da função jurisdicional

EDITORIAL

Publicamos o volume LVII, n.º 1, de 2016, da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa/*Lisbon Law Review*, em versões digital e em papel, prosseguindo o caminho de atualização científica, de inovação editorial e de renovação autoral iniciado no volume anterior.

Depois da criação com êxito dos Centros de Investigação Científica a partir dos Institutos existentes, permitindo a formalização, requerida pela lei, de pesquisa especializada nas principais áreas jurídicas; e do investimento feito nos processos de internacionalização do ensino e da investigação através de Institutos e de Gabinetes específicos para cada região/continente, adaptados às respetivas comunidades académicas e científicas; a FDL entra definitivamente na internacionalização e na atualidade das publicações jurídicas periódicas de matriz universitária pela adoção de regras universalmente fixadas para o efeito e de critérios editoriais e científicos institucionalmente exigidos para a sua credibilidade científica e avaliação externa. Todos eles devidamente aprovados pela Comissão de Redação e publicitados como é imposto.

Com um Regulamento que cumpre as normas gerais fixadas pelos organismos internacionais competentes; regras de composição do texto inscritas em um *Livro de Estilo* que harmoniza o todo, dando unidade gráfica aos textos apresentados para publicação; com uma apresentação nova; e participando da renovação da Editora da AAFDL (que agora compõe a Revista) através da *Lisbon Law Editions* – a nossa Revista pode continuar a prestigiar a FDL e a sua comunidade académica.

O acerto desta opção está no envio, sem precedentes, de textos a submeter aos avaliadores para publicação nas nossas páginas, através do sistema *call for papers*; uma participação crescente e diversificada dos docentes da Faculdade como autores da Revista; os novos pedidos de instituições jurídicas para a sua aquisição; e uma correspondência científica que revela o interesse de investigadores de reconhecido mérito pelo percurso iniciado.

Aberto o caminho muito falta fazer, com prioridade para uma revisão da lista das permutas da Revista, em articulação com o Professor Bibliotecário; e a organização do seu arquivo digital para permitir fácil acesso à documentação

que sustenta o complexo processo de publicação de um texto sujeito à avaliação referida. Um caminho difícil para uma publicação que concorre com Revistas jurídicas firmadas e prestigiadas, em ambiente de globalização editorial e científica; e com as Revistas de outras Faculdades de Direito e dos Centros de Investigação da própria Faculdade – em época de crise reconhecida do periodismo jurídico.

As novas regras de publicação, os impedimentos por elas exigidos e os critérios editoriais obrigatórios determinaram o fim da organização interna por secções. Com a possibilidade de publicação por convite sempre em aberto e devidamente assinalada, os alunos da FDL que pretendam publicar na Revista ficam sujeitos aos mesmos critérios dos outros autores (a AAFDL tem também uma *Revista Jurídica*); os comentários de legislação e de jurisprudência têm avaliação idêntica aos demais textos; e os temas da “Vida Universitária” requererão publicações institucionais próprias da FDL, do tipo *Newsletter* e *Anuário*, provavelmente em formato digital prioritário.

Este número, que agora apresentamos, integrando um conjunto de textos devidamente avaliados pelos especialistas que integram a nossa lista de avaliadores constitui um bom exemplo daquilo que ficou aqui referido.

Boa leitura.

O Diretor,
Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto

EDITORIAL

We publish the first issue of 2016 of the Lisbon Law Review (LLR), volume LVII, both on digital and paper formats, pursuing the scientific upgrade path, the editorial innovation and authorial renewal started in the prior volume.

After the successful creation of the Centres for Research from the existing Institutes, allowing the legally required formalization of the specialized research in major legal areas; and the geographic targeted investment in the internationalization of both education and research processes made by the Institutes and Offices, specially tailored to the academic and scientific communities of the respective region; University of Lisbon School of Law (ULSL) is now on the path of the most international and contemporaneous academic law journals, not only for adopting universally established rules for this purpose, but also for embracing binding editorial and scientific criteria, crucial to its scientific credibility and external evaluation. All of which duly approved and publicized by the Editing Committee.

With a Regulation that meets the general rules laid down by international bodies; with a *Style Guide* establishing a unifying set of text composition rules, providing the indispensable graphical consistency to the texts submitted for publication; with a brand new presentation; and participating, through *Lisbon Law Editions*, of the AAFDL Publisher's renewal (which is now responsible for the editing work of the Review) – our Review can continue to honor ULSL and its academia.

The rightness of this option relies on the unprecedented submission of the papers through a *call for papers* system; an increasing and diverse contribution of the ULSL Professors as authors; the new purchase orders coming from several legal institutions; and the acknowledgment of the way drawn so far by high recognized researchers.

Although we have opened the door, much remains to be done, primarily revising the LLR list of exchanges in collaboration with the Librarian Professor; and clearing a digital archive where all the information concerning the complex

publishing process is available. A difficult journey to a publication that competes not only with renown and prestigious law journals, in a globalized editorial and scientific environment, but also with journals of other law schools and even with ULSL Centers for Research – all in a time of recognized crisis of printed legal publications.

The new regulatory framework led to the end of the LLR internal division per sections, allowing, nevertheless, authors to publish by invitation. ULSL students who want to publish in our review will be subject to the same criteria as the other authors (AAFDL also has a Law Review); commentaries on legislation and case law will be submitted to peer review as well; and “Academic Life” issues will be published under the banner of ULSL, in a priority digital newsletter or yearbook format, for instance.

This issue, which we now present, brings together a set of texts subjected to the scrutiny of the reviewers designated from our Board of Referees, expressing a good example of what was stated above.

Enjoy your reading.

The Director,
Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto